

A DISTINÇÃO ENTRE PALAVRAS TERMINADAS EM CONSOANTE E PALAVRAS TERMINADAS NA SEQUÊNCIA ORTOGRÁFICA «CONSOANTE+ "-e" » NUM GRUPO DE CRIANÇAS FALANTES DO PORTUGUÊS EUROPEU EM IDADE PRÉ-ESCOLAR^(*)

João Veloso

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

1. Introdução

1.1. Considerações preliminares

Neste trabalho, pretendemos reunir algumas pistas para a configuração de uma possível resposta à seguinte questão: evidenciarão as crianças falantes do português europeu (PE) contemporâneo em idade pré-escolar alguma capacidade de distinguirem as palavras terminadas em consoante das palavras ortograficamente terminadas por «-e»? Por outras palavras: evidenciarão tais falantes, sob alguma forma, a capacidade de distinguirem entre si, quanto às terminações, os termos de pares como «*pele/mel*»?¹

Esta pergunta é motivada por algumas particularidades que, quer a nível fonético, quer a nível fonológico, se encontram envolvidas na produção da vogal [i]² do PE (vd. 1.2.1-1.2.8), das quais se destaca, desde já, a seguinte: se

(*) Agradeço à Professora Doutora Maria da Graça Pinto a leitura atenta e crítica de versões anteriores deste texto, da qual resultaram valiosas sugestões que muito enriqueceram algumas das minhas perspectivas iniciais sobre determinados aspectos das questões aqui abordadas.

Um especial agradecimento é devido à directora, às educadoras e às crianças do Colégio Infantil de Santa Teresinha (Maia), pela sua colaboração na recolha de dados.

Este trabalho é dedicado a todos os antigos e actuais membros do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

¹ Falamos aqui não de uma capacidade particularizada de estabelecer distinções singulares dentro de pares mínimos baseados na distinção «consoante+∅»/«consoante+[i]» – oposição que, nesses termos, é praticamente inexistente no português europeu contemporâneo (subsistindo residualmente em pares muito raros, como, p. ex., «*arlare*» ou «*cal/cale*») –, mas da capacidade, mais genérica, de se distinguir, a nível do sistema da língua, os dois tipos de terminação mencionados.

² Em textos menos recentes (cf. Herculano de Carvalho, s/d; Lacerda e Hammarströmm, 1952; Lüdtke, 1953; Companys, 1954; Louro, 1954; Strevens, 1954; Morais Barbosa, 1965; Delgado Martins, 1975; Mateus e Delgado Martins, 1982), esta vogal é transcrita como [ə]. Por razões que

bem que distinções como as que foram mencionadas no parágrafo anterior sejam aceites como pertinentes pelas descrições teóricas da fonologia da língua (vd. 1.2.4), no plano da realização fonética concreta elas nem sempre são preservadas, devido, principalmente, a um fenómeno frequente, facultativo, irregular e assistemático de apagamento da vogal [i] que pode corresponder ao «e» ortográfico de palavras como «*pele*» (vd. 1.2.3). Em virtude deste apagamento, podem criar-se no PE contemporâneo, ao nível das realizações fonéticas, homofonias dentro de pares teoricamente distintos – como, p. ex., «*querer/crer*» ([k^hrer]) ou «*terás/traz*» [traʃ] (vd. 1.2.4)³ – capazes de comprometer a distinção sobre a qual nos debruçamos neste estudo.

Quanto à importância de estudar esta questão em crianças em idade pré-escolar, ela pareceu-nos motivada, em primeiro lugar, pela influência que o conhecimento ortográfico pode exercer sobre a capacidade de aceitar as distinções mencionadas anteriormente: como veremos em 1.2.8, as formas em que se admite a presença, a nível teórico, de uma vogal foneticamente realizável como [i] – embora sujeita, como adiantámos já, a uma elisão fonética geradora da neutralização, também a nível fonético, de certas distinções aceites como pertinentes no PE – contemplam sempre, na sua representação ortográfica convencional e de um modo muito regular e sistemático, a notação de tal vogal como «e». Assumindo-se então, de acordo com conclusões provenientes do domínio dos estudos psicolinguísticos – como, entre outros, Morais (1994: 78 e ss.) e Pinto (1998b: 181-182) (vd. ponto 2 deste texto) –, que o processamento da linguagem apresenta características diferentes quando comparamos sujeitos com e sem conhecimento do plano escrito da língua, poderíamos formular a hipótese de que, nas palavras em que a realização fonética de [i], sujeita à irregularidade e à assistematicidade já referidas, não forneça pistas suficientes e consistentes para a preservação das distinções de que nos ocupamos, os sujeitos escolarizados possam recorrer ao seu conhecimento ortográfico para se decidirem sobre a presença ou ausência de tal vogal nas formas teóricas⁴ correspondentes a essas palavras, com as consequências daí advinentes a nível das distinções lexicais referidas.

expusemos já em Veloso (1999: 8-9), optamos, para a sua transcrição, pelo símbolo [i], opção que vemos também perfilhada, entre outros, por Andrade (1993), Andrade e Viana (1996), Barroso (1999) e Mateus e Andrade (2000).

³ Estas distinções, fundadas na presença/ausência de [i], não se verificam somente, como se vê pelos exemplos citados no parágrafo, em posição final absoluta de palavra; no entanto, por razões de ordem diversa, restringiremos a atenção do presente estudo ao contraste «*consoante+Ø*»/«*consoante+[i]*» em posição final absoluta.

⁴ Desta forma, assumimos que, tal como preconizado pela fonologia generativa, cada entrada lexical

Assim, começaremos por reunir (vd. 1.2 e 1.2.1-1.2.8) alguns dados respeitantes a determinados aspectos fonéticos e fonológicos relacionados com a vogal [i] do PE, com base nos quais, fundamentalmente, detalharemos, no ponto 2 do artigo, a questão central que nos propomos explorar no estudo experimental apresentado em 3.

1.2. *Algumas particularidades da vogal [i] do português europeu*

Classificada geralmente como uma vogal central alta não-arredondada (Gonçalves Viana, 1883: 4; 1892: 167; Herculano de Carvalho, s/d:11; Strevens, 1954: 14; Morais Barbosa, 1965: 106; 1994: 53, 78; Barroso, 1999: 67; Veloso, 1999: 27) – o que torna possível aceitá-la como a realização, no PE, da vogal neutra, ou *schwa*⁵ (cf. Gonçalves Viana (1883: 4, nota 1), Xavier e Mateus (orgs., 1990: 328) e Dubois *et al.*, 1991: 85)⁶ –, a vogal [i] ostenta (entre, eventualmente, outras) as características particulares que a seguir discriminamos e que investigações anteriores que dela se ocuparam têm devidamente sublinhado.

1.2.1. [i] nunca é portadora de acento (Herculano de Carvalho, s/d:11; Lüdtke, 1953: 198; Louro, 1954: 230; Strevens, 1954: 14; Morais Barbosa, 1965: 12-13; Mateus, 1975: 15-16; Mateus *et al.*, 1989: 350-351, 356; Cruz-Ferreira, 2000: 127; Mateus e Andrade, 2000: 17, 18)⁷.

da língua é dotada de uma forma ou representação teórica – a sua *forma* ou *representação subjacente* (Chomsky e Halle, 1968: 5, 7, 9-12, 44 e ss.; Schane, 1973: 74 e ss.; Durand, 1990: 22-24; Kenstowicz, 1994: 69-78), a que Roca (1994:44-45) e Roca e Johnson (1999:45-49) chamam também *representação lexical*.

⁵ Cf. Dubois *et al.* (1991: 85-86) e Crystal (1992: 352), que definem o *schwa* como a vogal neutra (ou «indefinida») e central que se atesta em diversas línguas.

⁶ Cruz-Ferreira (2000: 127) contesta as classificações tradicionais que dão esta vogal como central, alta e não-arredondada; classifica-a, alternativamente, como uma vogal *recuada*, alta e não-arredondada, produzida como ligeiramente avançada e rebaixada – transcrita, portanto, como [ui] –, recusando explicitamente a sua identificação com o *schwa*, já que ela «(...) does not correspond to the mid central quality associated with schwa» (Cruz-Ferreira, 2000: 127).

⁷ Contudo, nos dialectos setentrionais da língua é possível encontrar com frequência as realizações fonéticas [ˈpiɫu], [ˈpiɫə], [ˈpiɫuʃ], [ˈpiɫəʃ], em que [i] é realizada como tónica, para as formas que resultam da contracção da preposição «por» com todas as formas do artigo definido («pelo», «pela», «pelos», «pelas»), criando-se assim uma oposição distintiva, nos falantes que a praticam, entre «pelo/pelos» (contracção de «por+o(s)») e «pêlo/pêlos» (substantivo).

[i] pode ainda ser tónica em certos contextos estilísticos, em que o locutor pretenda conferir alguma ênfase ao discurso ou pretenda de alguma forma isolar metalinguisticamente determinadas formas enclíticas (p. ex.: «Não há se nem meio se, ouviste?», ou «O que eu disse foi um que, não foi um se»; cf., a este propósito, Morais Barbosa, 1965: 218).

1.2.2. [i] nunca é nasalizada: com efeito, está ausente dos inventários vocálicos nasais⁸ que encontramos, p. ex., em Herculano de Carvalho (s/d: 12), Lüdtke (1953: 197), Strevens (1954: 15-17), Morais Barbosa (1965: 81), Mateus (1975: 15-16), Mateus *et al.* (1989: 350-351), Barroso (1999: 73-77), Cruz-Ferreira (2000: 127) e Mateus e Andrade (2000: 18)⁹.

1.2.3. Sobretudo num registo coloquial de débito rápido, esta vogal sofre frequentemente um fenómeno de elisão (Gonçalves Viana, 1883: 4; Lüdtke, 1953: 211, 212; Louro, 1954: 230; Morais Barbosa, 1965: 13; 1994: 199; Delgado Martins, 1975; 1996; Mateus e Delgado Martins, 1982: 113; Mateus *et al.*, 1989: 364; Andrade, 1993: 1; Mateus e Andrade, 2000: 18, 32).

Assim, encontraremos, com frequência, realizações como [sɲór] (a par de [sɲór]) para «*senhor*», [kēt] (a par de [kēti]) para «*quente*», ou [ɾm̩tēt] (a par de [ɾim̩tēt̩i]) para «*remetente*», por exemplo, em que a realização fonética de uma vogal [i] correspondente a um segmento da cadeia linear da palavra assume um carácter facultativo¹⁰.

Não havendo contextos ou situações em que esta elisão seja obrigatória para todos os falantes da língua, este apagamento é descrito por autores como Strevens (1954: 14-15) e Mateus e Delgado Martins (1982: 111), p. ex., como um fenómeno facultativo, irregular e assistemático¹¹; esta irregularidade e

⁸ Abstraímos-nos aqui, por não caber nos objectivos deste trabalho, da discussão da existência ou inexistência, ao nível das formas teóricas, daquelas a que a fonética tradicional chama «*vogais nasais*» contempladas precisamente por inventários como os citados no texto (cf., para uma revisão dos argumentos em torno desta questão, Mateus e Andrade, 2000: 20-23).

⁹ Em certos falantes oriundos dos dialectos setentrionais do PE, torna-se possível encontrar, todavia, realizações nasalizadas desta vogal, conforme pudemos já empiricamente comprovar: [ɾi'tij̃u], [s̃i'tadu], [s̃i'te'dij̃u], [ki'tij̃u] e [di'tij̃u] para, respectivamente, «*rentinho*», «*sentado*», «*sentadinho*», «*quentinho*» e «*dentinho*». Uma referência a esta possibilidade da realização nasal [ĩ] é aliás encontrada em Louro (1954: 230), que cita a forma «*acender*» realizada como [es̃i'der] ([ɒs̃ə'der], de acordo com os símbolos fonéticos utilizados pelo autor).

¹⁰ Esta elisão relaciona-se, de acordo com autores como Lacerda e Hammarströmm (1952: 131), Lüdtke (1953: 212), Companys (1954: 105), Strevens (1954: 15) e Andrade (1993: 1), com a articulação desvozeada das vogais átonas, sobretudo em posição final e após consoante surda, que se observa em PE. Esse desvozeamento, que pode conduzir ao apagamento total da vogal no nível da elocução fonética, verifica-se também, ainda que menos frequentemente, com as vogais [e] e [u] átonas (Lüdtke, 1953: 211-212; Companys, 1954: 106; Strevens, 1954: 15; Mateus e Delgado Martins, 1982: 111 e ss.; Andrade, 1993: 1; Mateus e Andrade, 2000: 18), embora estas últimas sejam mais resistentes ao apagamento total.

Andrade (1993: 1) aponta, de entre todas as vogais átonas do PE, [i] como a mais resistente à elisão mencionada.

¹¹ Além do registo coloquial e do débito elocucional rápido, outras causas, como as de natureza dialectal, são previstas por autores como, p. ex., Lüdtke (1953: 216-217) como factores que podem interferir na ocorrência/inibição deste fenómeno de apagamento.

assistemática e certas características acústicas associadas à realização fonética de [i], tais como os baixos valores da sua intensidade e duração (Delgado Martins, 1975: 5; Mateus e Delgado Martins, 1982: 116), levantam sérios obstáculos aos foneticistas que, mesmo com recurso a meios experimentais de investigação, se vêem confrontados, em análises concretas de amostras de fala reais, com a necessidade de decidirem sobre a sua realização ou não-realização em determinados pontos da cadeia falada (cf., p. ex., as observações que a este respeito encontramos em Lacerda e Hammarströmm (1952:131) e Andrade, 1993: 1-2).

1.2.4. Apesar de esta elisão de [i] átona ser uma marca importante do fonetismo do PE contemporâneo, existe uma considerável unanimidade entre os autores que a ela se referem quanto à **importância distintiva que, a nível teórico, corresponde a essa vogal, responsável por distinções como «terás / traz»** (Gonçalves Viana, 1883: 4; Morais Barbosa, 1994: 199), «*amo / ame / ama*» (Morais Barbosa, 1965: 13), «*governante/governanta*» (Morais Barbosa, 1965: 106), «*atapetar / adaptar*» (Andrade, 1993: 2), «*superar / soprar*» (Morais Barbosa, 1994: 199)¹².

Numa tentativa de esclarecer em maior profundidade esta questão, Andrade (1993) propôs-se encontrar marcas acústicas que, para além da presença/ausência de energia espectral nos pontos da cadeia falada onde seriam esperadas realizações fonéticas de [i], indiciassem a sua presença teórica. Tais marcas poderiam precisamente explicar a já mencionada ausência de confusão perceptiva entre formas como «*terás / traz*», «*querer / crer*», etc., quando aparentemente articuladas como homófonas.

Uma das principais contribuições do estudo citado foi a constatação da existência de uma diferença significativa entre a duração das sequências consonânticas com [i] subjacente e a das sequências consonânticas sem [i] subjacente (Andrade, 1993: 6 e ss.), mesmo que, numas e noutras, não fosse encontrada qualquer realização fonética segmentável correspondente à vogal em questão: nas primeiras (sequências [pt] de palavras como «*atapetaram*», em que, a nível teórico, se aceita a presença de uma vogal subjacente entre as duas consoantes, não realizada foneticamente), foram encontradas durações significativamente superiores às das segundas (sequências [pt] de palavras como

¹² A estes exemplos – reforçando que os apontados por Morais Barbosa (1965) são extremamente produtivos na língua, já que a oposição «*amo/ame/ama*» se repete em todos os verbos da primeira conjugação e a oposição «*governante/governanta*» é identificável num grande número de nomes do português com pelo menos uma forma terminada em «-e» gráfico – poderíamos acrescentar outros como «*pelotão/Plutão*», «*Pelágio/plágio*», ou «*querer/crer*», p. ex.

«*adaptaram*», em que, a nível teórico, as duas consoantes se sucedem sem nenhuma vogal intermédia). Uma das conclusões que podemos extrair do estudo citado é a de que os falantes, ao produzirem tais sequências, têm consciência da presença/ausência da vogal subjacente em causa, distinguindo foneticamente os dois tipos de sequências consonânticas mesmo quando a vogal não é realizada (Andrade, 1993: 14), o que, a nível acústico e perceptivo, constituiria um índice responsável pela preservação de tais distinções.

1.2.5. Em casos aparentemente contraditórios com os mencionados em 1.2.3, assistimos a um fenómeno de **epêntese ou paragoge** de [i]. Esta verifica-se quando, a nível fonético, encontramos realizações articulatórias de [i] que não eram esperadas a partir das formas teóricas das palavras: [pɛr'tiri] («*partir*»), [sɐ'bori] («*sabor*»), [ɐ'zuli] («*azul*»), etc.¹³. Segundo Delgado Martins (1975, 1996), estes acrescentos são mesmo mais frequentes do que as elisões mencionadas em 1.2.3.

1.2.6. Quer em autores de matriz estruturalista (Lüdtke, 1953; Barroso, 1999), quer nos que se inscrevem na inspiração generativista (Mateus, 1975; Mateus e Andrade, 2000), os **inventários fonológicos da língua nunca contemplam a existência de um fonema ou segmento como /i/**; em todos os casos em que é atestada a presença, a nível fonético, de [i], esta vogal é considerada como um alofone (pelos primeiros autores – cf. Lüdtke, 1953: 198; Barroso, 1999: 125, 129, 130), ou como uma representação de superfície (pelos segundos – cf. Mateus e Andrade, 2000: 33), de vogais subjacentes, teóricas, como /e/ ou /ɛ/.

O principal argumento dos autores citados prende-se com a questão acentual de [i]: nunca sendo vogal tónica (com as ressalvas que indicamos na nota 7, que nunca vemos devidamente tomadas em consideração), ela resulta frequentemente da elevação e centralização de /e/ ou /ɛ/ relacionadas com a perda de acento (em formas como [di'dadɐ] ou [si'gɔjɾɐ], derivadas morfologicamente de /'dedu/ e /'segu/), pelo que esta vogal é *sempre* interpretada como uma realização de superfície de vogais teóricas diferentes.

¹³ O acrescento epentético de [i] é particularmente produtivo para se desfazerem certos encontros consonânticos, nomeadamente em palavras entradas na língua por via erudita (Gonçalves Viana, 1883: 4, nota 1; Sá Nogueira, 1941: 163; Morais Barbosa, 1965: 14; Mateus e Delgado Martins, 1982: 111; Mateus e Andrade, 2000: 32-33): «*ab[i]dicar*», «*p[i]neu*», «*ag[i]nóstico*», «*ob[i]servar*», «*cap[i]tar*», p. ex.

Nas variedades brasileiras da língua, um fenómeno semelhante se verifica, que difere no entanto no que toca à qualidade fonética da vogal epentética – que geralmente é, nessas variedades, um [i] (cf. Mattoso Câmara, 1953: 60; 1970: 57; 1971: 27).

Tal argumento, quanto a nós, seria merecedor de alguma revisão urgente, já que abundam na língua casos muito frequentes de palavras com realizações fonéticas de [i] que não podemos explicar, de um ponto de vista exclusivamente sincrónico, unicamente a partir da elevação e recuo de /e/ ou /e/ átonos: estão neste caso as formas enclíticas do PE contemporâneo («*que*», «*de*», «*se*», «*me*», «*lhe*», etc., p. ex.) e ainda todas as formas nominais terminadas ortograficamente em «-e» (tais como «*peixe*», «*parede*», «*tapete*», «*face*», etc.), que constituem o foco da atenção deste trabalho e em cuja vogal final Mattoso Câmara (cf., p. ex., Mattoso Câmara, 1970: 87, 89) identifica uma «vogal temática». Nos primeiros como nos segundos exemplos, não é possível a comparação da vogal átona final [i] com quaisquer outras formas sincrónicas morfológicamente aparentadas que mostrem, a nível subjacente, uma vogal diferente de /i/.

Constatações e observações que se aproximam das precedentes são encontradas em Morais Barbosa (1994: 164-166, 199-202), que defende a necessidade de se reconhecer «valor fonemático» a [i] nos casos em que essa vogal, facultativa mas possível no nível fonético, não resulta de elevação e centralização de /e/ ou /e/ fonológicos; no entanto, o autor não chega a propor definitiva e explicitamente a existência de um fonema /i/ em PE, preferindo antes afirmar que «[e]sse fonema vocálico é representado pelo [ə] [itálico nosso] que, mais ou menos, se ouve no lugar dos correspondentes *ee* ortográficos» (Morais Barbosa, 1994: 201) ou referir-se a «(...) um fonema vocálico onde se encontra um [ə] [itálico nosso] mais ou menos audível» (Morais Barbosa, 1994: 201).

Os únicos estudos em que encontramos uma aceitação definitiva e explícita de um /i/ subjacente, presente como tal na forma teórica das palavras, são provenientes da área das investigações fonéticas (cf., p. ex., Delgado Martins (1975: 2 e 5) e Andrade, 1993: 2 e *passim*).

1.2.7 – A elisão de [i], mencionada em 1.2.3, faz com que encontremos, a nível fonético, **sequências consonânticas longas e com consequências diversas a nível da silabificação dos segmentos**¹⁴. Por exemplo: palavras como «*aperfeiçoar*», «*remetente*», «*prescrever*», «*repetir*», «*desestabilizar*», «*escadote*», etc., podem encontrar, a nível fonético, realizações como, respectivamente, [ɐprfɛjswár], [ɾmɛtɛt], [prʃkrvɛr], [ɾptír], [dzʃtɛblizár] e [ʃkɔdót], que

¹⁴ São estas longas sequências consonânticas que dão aos estrangeiros não familiarizados com a língua a impressão auditiva de que o PE contemporâneo é uma língua em que rareiam as vogais, tal como referido por Morais Barbosa (1965:11) na seguinte passagem: «(...) l'étranger (...) commence à trouver que les Portugais «avalent» la plupart de leurs voyelles, voire de leurs syllabes (...)»

oferecem argumentos interessantes para uma discussão de diversas descrições das estruturas silábicas do PE como as que postulam, p. ex., que nesta língua o número máximo de consoantes em posição de ataque silábico é de duas (Morais Barbosa, 1965: 210; Vigário e Falé, 1993: 469, 470, 473-475; Mateus e Andrade, 2000: 40 e ss.).

Para o desenvolvimento do presente estudo, interessa especificamente realçar que o apagamento facultativo de [i] pode originar com frequência, a nível da realização fonética das formas de superfície dos substantivos e adjectivos com vogal temática «-e» (de acordo com a classificação de Mattoso Câmara, 1970:87, 89), formas fonéticas terminadas em consoante diferente de /s/, /l/ ou /r/ – as únicas que, de acordo com Morais Barbosa (1965: 211-212; 1994: 151-155), Mateus (1975: 31-32), Mateus *et al.* (1989: 351), Barroso (1999: 143) e Mateus e Andrade (2000: 52-54), podem ocorrer, a nível fonético, em posição de final absoluto de palavra (cf., a este propósito, as observações de Mateus *et al.*, 1989: 364). Exemplificam esta situação realizações fonéticas como [ˈlum] («*lume*»), [fɐˈgot] («*fagote*») ou [ˈfaz] («*fase*»)¹⁵.

1.2.8. Terminando este sumário das propriedades singulares de [i] em PE, sublinharemos o facto, posto em relevo por textos como os de Companys (1954: 107), Morais Barbosa (1965: 106), Delgado Martins (1975: 2) ou Xavier e Mateus (orgs., 1990: 328), entre outros, de que a existência de uma vogal como [i] na forma teórica das palavras é quase sempre contemplada na sua forma ortográfica. Esta regularidade verifica-se quer nas palavras em que [i] corresponde a uma elevação de um /e/ ou /ɛ/ átonos (p. ex.: «*cestinho*», «*cegueira*»), quer naquelas em que [i] não resulta de tal fenómeno (p. ex., em nomes como «*tapete*» ou «*mestre*», p. ex., ou em formas enclíticas como «*que*», «*te*», «*de*», «*se*», etc.). Acrescente-se ainda que em palavras que se assume não contarem, a nível teórico, com a presença de [i] na cadeia segmental mas que são foneticamente realizáveis com um [i] epentético ou paragógico (vd. 1.2.5), não encontraremos essa vogal nas formas ortográficas canónicas que lhes correspondem¹⁶.

¹⁵ Gonçalves Viana (1893: 4), porém, considera que em posição final as realizações fonéticas mantêm a silabificação teórica das palavras, isto é, que mesmo em palavras terminadas ortograficamente em «consoante+«-e» em que a vogal final não seja articulada se mantém a sílaba teórica final; o autor confronta mesmo a articulação de «*sede*» do português (claramente bissilábica, de acordo com a sua própria observação) com a de «*said*» em inglês (monossílabo fechado, segundo a mesma interpretação).

¹⁶ Em crianças em fases iniciais de aprendizagem da escrita (ou, admita-se, em sujeitos adultos com pouca escolarização), poderemos encontrar, porém, formas escritas que deixem transpare-

2. O problema e as questões de partida do estudo

Em face dos dados reunidos ao longo de 1.2, formulamos novamente aquela que é a questão central deste estudo: os falantes/ouvintes nativos do PE sem conhecimento das convenções gráficas vigentes mostrar-se-ão de alguma forma capazes de distinguir as palavras terminadas em consoante das que terminam graficamente em «-e»?

Como vimos (vd. 1.2.4), tal distinção, respeitada pelas convenções ortográficas mencionadas (vd. 1.2.8), é dada pela generalidade dos autores como pertinente e funcional no PE contemporâneo, embora a nível fonético ela não seja inteiramente preservada, já que, devido a um fenómeno frequente de apagamento da vogal correspondente ao «-e» final ortográfico (vd. 1.2.3), palavras terminadas graficamente em consoante+«-e» são frequentemente realizadas, a nível fonético, como terminadas em consoante, dando mesmo origem, num número significativo de casos, a palavras foneticamente terminadas em consoante não admitida pelas descrições fonológicas da língua como ocorrentes nessa posição lexical (cf. realizações como [ˈlum], [fɐˈgot] e [ˈfaz], p. ex.; vd. 1.2.7).

Relativamente ao interesse de aprofundar esta questão em sujeitos não escolarizados, ele prende-se, como referimos na introdução, com a hipótese de que o conhecimento ortográfico da língua exerça uma influência importante a nível do processamento da linguagem, como tem sido sugerido por diversos estudos da área da psicolinguística: Morais (1994: 78 e ss.), p. ex., prevê que a familiarização dos sujeitos com a escrita pode interferir sobre a sua tomada de consciência de diversos aspectos das estruturas linguísticas (não só fonológicas, mas também, p. ex., de ordem morfológica); numa perspectiva similar, radicada e validada pela aplicação prática aos domínios da educação e da reeducação, Pinto (1998b: 181-182) aceita que o conhecimento do plano ortográfico acaba por «filtrar» – e, conseqüentemente, *alterar* – os processamentos originais da língua, tais como reflectidos, precisamente, nas primeiras produções escritas dos sujeitos (vd. nota 16).

cer este tipo de acrescentos. Exemplos de tais grafias, oriundas de crianças do 1º ciclo do ensino básico, podem ser encontrados em Pinto (1998b: 173). Esta autora engloba este tipo de produções escritas na categoria dos «erros fonéticos», mais precisamente na sub-categoria das «adições», as quais «(...) correspondem em parte às características da oralidade própria da criança e do seu meio» (Pinto, 1998b: 183). No caso específico de grafias como «*senhore*», a mesma autora identifica, no acrescento de uma sílaba suplementar final, uma estratégia de silabificação ancorada no tipo silábico não-marcado na língua (CV) (Pinto, 1998b: 184, nota 78).

Como tal, a irregularidade verificada a nível da realização/omissão fonética de [i], inviabilizando uma distinção fonética sistemática entre palavras terminadas em consoante e palavras terminadas em consoante+[i], poderia ser resolvida pelos falantes/ouvintes nativos da língua através do recurso ao conhecimento gráfico das palavras, uma vez que, como exposto em 1.2.8, as convenções ortográficas vigentes são muito regulares e sistemáticas no tocante a essa distinção teórica.

Foi o intuito de se neutralizar essa possível interferência do conhecimento ortográfico sobre a capacidade de estabelecer as oposições de que aqui nos ocupamos que motivou a escolha, para a exploração experimental subsequente, de um grupo de crianças em idade pré-escolar – logo, sem qualquer experiência de exposição formal ao ensino das convenções escritas vigentes na ortografia do PE.

Por outro lado, pretendeu-se ainda, no presente trabalho, indagar a capacidade de estabelecer as distinções aqui consideradas a partir de dados não confinados às produções concretas – isto é, à *performance* (cf., para uma referência clássica a respeito deste conceito, Chomsky e Halle, 1968: 3) – dos sujeitos do estudo experimental.

O procedimento que consiste em procurar em *corpora* constituídos por produções fonéticas concretas indícios que comprovem ou refutem determinadas hipóteses teóricas acerca de níveis mais abstractos como a fonologia e o conhecimento fonológico é bastante comum, senão predominante, nos estudos de aquisição e desenvolvimento fonológicos¹⁷. Contudo, essa atitude metodológica não nos pareceu suficiente nem adequada aos propósitos do presente trabalho, nomeadamente por duas razões principais: por um lado, a um nível mais geral, parece-nos algo limitadora a visão que encara a *performance* linguística como um espelho seguro e definitivo da competência linguística dos falantes¹⁸; por outro lado, no caso específico da realização foné-

¹⁷ Cf. a seguinte citação, extraída de um estudo sobre a aquisição dos princípios que governam as estruturas silábicas do PE que se baseia, precisamente, na observação longitudinal de um *corpus* infantil: «Através da observação das produções das crianças, é possível ter acesso ao modo como o conhecimento [linguístico] se organiza (...).» (Freitas, 1997: 11). Compare-se esta citação com a contida na nota seguinte.

¹⁸ A forma como são entendidas as diferenças entre a competência e a *performance* e como cada uma delas é encarada no estudo da outra constitui, aliás, um dos pontos de afastamento entre o pensamento generativista e o pensamento construtivista no que diz respeito à linguagem, como o sintetizam as seguintes palavras de Pinto (1988:8-9): «Acontece (...) que o modo como Chomsky encara a execução [=performance] é um pouco diferente do modo como a considera a Escola de Piaget. Enquanto que para Chomsky (...) os dados experimentais, partindo da execução, poderão levar a inferir uma competência linguística mais pobre do que a que adviria de uma sua análise directa, no

tica de [i], vimos já como certas propriedades associadas à sua produção – como os baixos valores da sua intensidade e duração –, aliadas ao carácter irregular e assistemático da sua produção/omissão, levantam sérias dificuldades à sua detecção nas realizações fonéticas de superfície, mesmo com recurso a técnicas laboratoriais avançadas (vd. 1.2.3).

Assim sendo, optámos por basear as nossas conclusões acerca da capacidade de as crianças participantes no estudo experimental efectuarem as distinções em apreço a partir de uma tarefa de manipulação fonética explícita¹⁹ de materiais verbais do português. A tarefa para o efeito escolhida foi a *segmentação silábica*, que, segundo estudos clássicos como, p. ex., Liberman, Shankweiler, Fischer e Carter (1974), não levantaria dificuldades de maior a crianças compreendidas dentro do intervalo etário da população deste estudo. Com efeito, como é demonstrado por inúmeros estudos que se têm debruçado sobre as *capacidades metafonológicas* infantis, as tarefas que envolvem a sílaba como unidade de manipulação são, em geral, bastante precoces e sempre anteriores às que envolvem o fonema (cf., para uma revisão destes estudos, Stackhouse e Wells, 1997: 53 e ss.)²⁰.

3. Estudo experimental

Numa tentativa de reunir argumentos que fundamentassem, pelo menos em parte, uma resposta, ainda que provisória, à principal questão deste trabalho, desenvolvemos uma investigação experimental que se oferece como uma primeira exploração da interrogação lançada. Quaisquer eventuais conclusões a que chegemos serão, portanto, uma primeira tentativa de estudo da questão em causa, a ser aprofundado em futuros trabalhos.

caso de isso ser possível, o psicolinguista da Escola de Genebra, por seu turno, acrescentará que também pode surgir o perigo oposto. Com efeito, os resultados obtidos através da execução podem levar facilmente a uma sobrevalorização da *competência (...)*» (Pinto, 1988: 8-9).

¹⁹ Em estudos como Delgado Martins (1986), p. ex., são igualmente utilizados procedimentos experimentais que procuram pôr em evidência as capacidades metafonológicas dos sujeitos como via de acesso muito esclarecedora à caracterização das suas intuições linguísticas (no estudo citado, uma das tarefas experimentais, entre outras, é precisamente a segmentação silábica, com resultados obtidos junto de sujeitos adultos falantes de diversas línguas).

²⁰ Esta maior facilidade de manipulação da unidade *sílaba* prender-se-á, porventura, com aspectos de natureza perceptiva; lembremos que, de acordo com certas teorias da percepção da fala como a «*teoria motora*» (Liberman, Cooper, Shankweiler e Studdert-Kennedy, 1967), a sílaba é uma unidade perceptiva fundamental (cf. também Keil e Kelly, 1987). Por outro lado, diversos estudos sobre a aqui-

3.1. População

Constituem a população deste estudo 14 crianças (11 do sexo masculino e 3 do sexo feminino) compreendidas entre os 3 anos e 9 meses e os 6 anos e 5 meses de idade ($\bar{x} = 4;9$ anos; $\delta = 10$ meses) que frequentaram, durante o ano lectivo 2000/2001, um estabelecimento de ensino pré-escolar privado na cidade da Maia (distrito do Porto). Neste estabelecimento, as crianças encontram-se divididas por três grupos etários: no primeiro grupo, em princípio, cabem todas as crianças que no início do ano lectivo têm idade igual ou inferior a 3 anos; no grupo intermédio, têm lugar aquelas que, no início do ano, se encontram compreendidas entre os 3 e os 4 anos; no escalão das crianças mais velhas, são incluídas todas as crianças com idade de 4 ou 5 anos²¹. As 14 crianças entrevistadas foram todas as que, pertencendo aos escalões intermédio e superior (isto é, tendo idades, aproximadamente, entre os 3;6 e os 5 anos), frequentaram o infantário em que decorreu a aplicação do teste durante o período em que se procedeu a essa aplicação (segunda quinzena do mês de Julho de 2001).

O meio social de que a maioria destas crianças é proveniente pode considerar-se genericamente favorecido, já que as profissões de mais de 90% dos pais e das mães das crianças entrevistadas cabem nas três categorias do topo da Classificação Nacional de Profissões (IEFP, 1994).

As crianças em causa são falantes nativas monolíngues do português europeu, ostentando, na sua maioria, algumas marcas típicas dos dialectos setentrionais da língua, como a realização fonética da vogal nasal [ã] e a neutralização da oposição /b/≠/v/.

Dada a idade e o grau de escolaridade frequentado, nenhuma das crianças da amostra sabe ler ou escrever²².

3.2. Metodologia

Como afirmámos em 2, para o presente estudo pretendemos adoptar uma metodologia de observação que se baseasse não somente na observação de formas de superfície, pelas razões aí apontadas; em alternativa, optámos por recolher e observar um conjunto de segmentações silábicas de palavras do PE.

sição e desenvolvimento da fonologia têm posto em destaque a importância da sílaba no processo aquisitivo da língua (cf., para uma revisão dos argumentos teóricos subjacentes a esta posição, Freitas, 1997:22 e ss.).

²¹ Sucede que, como noutros estabelecimentos, certas crianças são englobadas no grupo a que pertencem não só em função da idade cronológica mas também em função da avaliação subjectiva que as educadoras fazem do seu desenvolvimento.

²² Das crianças entrevistadas, só duas tinham uma idade superior a 6 anos, tendo sido este o último ano em que frequentaram o ensino pré-escolar.

Consequentemente, foi pedido a cada criança que segmentasse as sílabas das palavras apresentadas em 3.3: a seguir à apresentação de cada item lexical do teste, era solicitado à criança que «partisse em bocadinhos» a palavra que, em cada momento, era objecto de atenção.

Para evitarmos, na medida do possível, que as segmentações silábicas apresentadas pelas crianças fossem influenciadas pelas formas fonéticas do experimentador, quisemos evitar o confronto das crianças participantes com as formas fonéticas das palavras a segmentar; em alternativa, foi apresentada, para cada palavra, uma imagem que a representasse ou que, de alguma forma, induzisse a sua produção. Por conseguinte, cada palavra, antes de ser segmentada em sílabas, era articulada pela criança, de acordo, em princípio, com a sua norma dialectal e idiolectal.

Antes da aplicação do teste propriamente dito, a criança era submetida a uma explicação simples e breve da tarefa que lhe ia ser proposta, após o que o experimentador e a criança procediam, em conjunto, a uma série de segmentações como as pretendidas, as quais, naturalmente, não foram tidas em conta para a análise de resultados.

Todos os testes foram aplicados individualmente, tendo todas as crianças participado de forma livre e voluntária no trabalho.

A seguir à segmentação silábica de cada palavra, o experimentador registava em transcrição fonética, numa folha de questionário apropriada, quer a produção fonética da palavra apresentada pela criança, quer a subsequente segmentação silábica.

Cada sessão individual de teste teve uma duração aproximada de 30 minutos.

3.3. *Material linguístico utilizado*

Na decorrência dos dados sumariados nas secções precedentes, o material linguístico usado no trabalho experimental foi dividido em quatro grupos de palavras distintos²³:

– GRUPO 1 («PALAVRAS-CONTROLE»).

Para nos certificarmos da capacidade de as crianças da população estudada segmentarem palavras da sua língua em sílabas, foi-lhes proposta, em primeiro lugar, a segmentação de palavras trissilábicas com a estrutura [CV'CVCV] em que V é sempre uma vogal diferente de [i] (portanto, menos sujeita ao apagamento verificado, de forma frequente, irregular e assistemá-

²³ Além do material verbal dado a conhecer nesta secção do trabalho, outras palavras foram usadas neste teste de segmentação silábica; a sua análise não será adiantada no presente estudo, por limitações de ordem distinta.

tica, com esta última – vd. nota 10). Integram este grupo de palavras os seis substantivos seguintes:

<i>batata</i>	<i>janela</i>
<i>camisa</i>	<i>banana</i>
<i>caneta</i>	<i>borracha</i>

– GRUPO 2: PALAVRAS TERMINADAS GRAFICAMENTE EM «-e» ANTECEDIDO DE CONSOANTE NÃO ADMITIDA EM POSIÇÃO FINAL ABSOLUTA

Constituem este grupo seis palavras terminadas graficamente em «-e», sendo esta vogal antecedida de consoante diferente das únicas consoantes que, segundo as descrições fonológicas do PE (vd. 1.2.7), podem ocorrer em final de palavra (/ʃ l r/):

<i>carne</i>	<i>doce</i>
<i>chave</i>	<i>leite</i>
<i>grande</i>	<i>pente</i>

– GRUPO 3: PALAVRAS TERMINADAS GRAFICAMENTE EM «-e» ANTECEDIDO DE CONSOANTE ADMITIDA EM POSIÇÃO FINAL ABSOLUTA

Pertencem a este grupo seis palavras terminadas graficamente em «-e» antecedido de uma das consoantes admitidas em final de palavra, de acordo com as descrições mencionadas no parágrafo anterior (/ʃ l r/):

/ʃ/	/l/	/r/
<i>peixe</i>	<i>pele</i>	<i>árvore</i>
<i>fantoche</i>	<i>mole</i>	<i>tigre</i>

– GRUPO 4: PALAVRAS TERMINADAS GRAFICAMENTE EM CONSOANTE

Este grupo é também formado por seis palavras, que apresentam em posição final absoluta as mesmas consoantes que, nas palavras do Grupo 3, ocorrem antes de «-e» ortográfico final²⁴:

²⁴ Referimo-nos aqui às consoantes enquanto elementos fonológicos, e não aos símbolos ortográficos que as representam.

/ʃ/	/l/	/r/
<i>lápis</i>	<i>papel</i>	<i>colher</i>
<i>rapaz</i>	<i>azul</i>	<i>professor</i>

Na selecção do material linguístico dos 4 grupos de palavras, tentámos, tanto quanto nos foi possível, escolher palavras que, respeitando as restrições fonológicas pretendidas, fossem previsivelmente do conhecimento das crianças da população, atendendo ao seu nível etário, e que fossem facilmente induzidas, nomeadamente por apresentação de imagens visuais (vd. 3.2).

As palavras, à excepção das do Grupo 1 – que foram apresentadas antes das restantes, seguindo a ordem pela qual ocorrem na lista supra transcrita –, foram apresentadas às crianças participantes em ordem aleatória.

3.4. Resultados

Na análise de resultados que se seguirá, apresentaremos, num primeiro momento, os resultados obtidos com os dois primeiros grupos de palavras acima enunciados; a sua observação permitir-nos-á, no caso das palavras do Grupo 1, verificar a capacidade de segmentação silábica das crianças da amostra e, no caso das palavras do Grupo 2, obter uma primeira amostragem da forma como a terminação «-e» é processada em falantes sem conhecimento das convenções ortográficas da língua.

Nesta análise, teremos em conta predominantemente as segmentações silábicas apresentadas; os dados relativos à sua produção fonética serão tomados em consideração a título meramente indicativo, já que, pelas razões repetidamente enunciadas em momentos anteriores, uma investigação mais consistente a propósito deste assunto exigiria um outro tipo de abordagem e de suporte experimental (vd. 1.2.3 e 2).

As segmentações silábicas dos Grupos 3 e 4 serão estudadas em confronto entre si: procuraremos ver se, neste grupo de sujeitos, existem diferenças estatisticamente significativas, a nível da segmentação silábica, entre as palavras de um grupo e de outro.

3.4.1. Palavras do Grupo 1

Dos 14 sujeitos que constituem a população deste estudo, só 1 (uma criança do sexo masculino, com 4;1 anos de idade) se mostrou totalmente incapaz de segmentar em sílabas o material verbal que lhe foi apresentado. Das restantes 13 crianças:

- 10 apresentaram segmentações silábicas do material verbal com a estrutura [CV.CV.CV] – ainda que, em alguns casos, a partir, naturalmente, da

forma fonética que certas palavras assumem no estágio de desenvolvimento articulatorio das crianças (p. ex., nas crianças que articulam a fricativa /z/ da língua como [θ], encontrámos segmentações como [kɐ.'mi.θɐ]);

- as restantes 3 crianças apresentaram segmentações do tipo [CV.CVCV] (p. ex.: [bɐ.'tate] ou [kɐ.'mizɐ]). Destas 3 crianças, 2 usaram esta estratégia de divisão nas 6 palavras deste grupo; a outra seguiu-a apenas em 3 destas 6 palavras, segmentando as 3 restantes de acordo com o padrão mencionado no parágrafo anterior ([CV.CV.CV]).

Assumimos, então, que a generalidade dos sujeitos da população se mostra capaz da tarefa de segmentação silábica, nos moldes em que lhe é proposta na situação experimental presente, e que, como tal, o protocolo experimental subsequente (com as restantes palavras) poderia ser aplicado. Esta assunção é adoptada inclusivamente para as 3 crianças que, não tendo segmentado as 3 sílabas de cada um dos trissílabos deste grupo de palavras, apresentaram segmentações de tipo [CV.CVCV], já que elas indiciam, ainda que limitadamente, algum tipo de capacidade de segmentação silábica.

A única criança na qual identificámos uma incapacidade séria de segmentação silábica foi a que, neste grupo de palavras, não apresentou qualquer segmentação silábica, tendo-se limitado a articular na íntegra as palavras-alvo do teste. Por esta razão, esta criança foi excluída da aplicação dos testes com as palavras seguintes.

3.4.2. Palavras do Grupo 2

Na segmentação silábica das seis palavras bissilábicas terminadas graficamente em «-e» antecedido de consoante diferente de /ʃ l r/, constatamos, em primeiro lugar, que as 13 crianças testadas apresentam segmentações de todas estas palavras.

A constatação mais importante, porém, é que 100% dessas segmentações silábicas prevêm, no final da palavra, não uma consoante, mas uma sílaba formada por consoante e [i]: de facto, a segmentação correspondente, nas 13 respostas respectivas, a cada uma destas 6 palavras obedece, no tocante à sua terminação, ao padrão [...x.Ci] (em que [...x] representa todos os segmentos anteriores à sequência final em estudo, irrelevantes de momento, e C corresponde à consoante que, em cada palavra, antecede a vogal representada ortograficamente por «-e»; ex^{os} deste tipo de segmentações silábicas: ['grɛ̃.di], ['pɛ̃.ti]).

Estes resultados contrastam com as produções fonéticas apresentadas pelas mesmas crianças: nas transcrições fonéticas registadas pelo experimentador no momento da recolha dos dados – sujeitas às reservas que a falta de um estudo

acústico laboratorial das produções infantis naturalmente levanta e às considerações contidas em 1.2.3 e em 2 relativas às dúvidas que a detecção de realizações fonéticas de [i] normalmente sugere – somente 29,9% das realizações contemplam a produção fonética clara de um [i] em posição final, contra 70,1% de produções que, nessa mesma recolha, ocorrem como terminadas em consoante.

3.4.3. Palavras dos Grupos 3 e 4

Agruparemos, nesta análise de resultados, as respostas dadas às palavras terminadas em «-e» ortográfico ou em consoante em função da consoante que ocorre precisamente antes da vogal considerada ou no final absoluto da palavra (/ʃ/, /l/ ou /r/).

As segmentações silábicas apresentadas pelas 13 crianças a quem foram solicitadas serão categorizadas, nesta apresentação dos resultados, em dois tipos: segmentações que prevêm palavras terminadas em consoante («Segmentação I»); e segmentações que prevêm palavras terminadas em [i] («Segmentação II»).

Nas respostas englobadas na «Segmentação I», incluímos as segmentações em que uma consoante final é claramente associada à coda de uma última sílaba cujo núcleo é, na maior parte dos casos, a vogal tónica da palavra, registando-se, nas palavras ortograficamente terminadas em «-e», a supressão da sílaba final de que [i] seria o núcleo (p. ex.: [pe], para «pele»; [pejʃ], para «peixe»; [pɐ.'pe], para «papel»; [v.'zu], para «azul»). Nas respostas incluídas na «Segmentação II», incluímos as segmentações em que a consoante é nitidamente destacada da sílaba que a precede, sendo apresentada pelas crianças da população como ataque de uma sílaba final em que [i] ocorre como núcleo (p. ex., e nas mesmas palavras acima referidas: ['pe.li], ['pej.ʃi], [pɐ.'pe.li], [v.'zu.li]).

/ʃ/

Veremos, neste momento, as segmentações silábicas suscitadas, junto das 13 crianças da população, pelas palavras «peixe» e «fantoche», por um lado (Grupo 3), e, por outro, «lápiz» e «rapaz» (Grupo 4).

O quadro seguinte indica, em termos percentuais relativos às 13 crianças estudadas, as principais categorias de respostas consideradas. Em relação à palavra «fantoche», refira-se que 3 das 13 crianças afirmaram não a conhecer e que, como tal, não apresentaram qualquer segmentação da mesma (pelo que as percentagens indicadas no Quadro 1 na coluna respectiva tomam em consideração apenas as 10 segmentações silábicas efectivamente apresentadas pela população em relação a esta palavra).

Quadro 1 – Número e percentagens das segmentações silábicas que admitem as palavras como terminadas em consoante ou em vogal nas 13 crianças da amostra submetidas a este teste (palavras terminadas em /s/ + «-e» ou /s/)

	«Peixe»	«Fantoche»	«Lápis»	«Rapaz»
SEGMENTAÇÃO I: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em consoante	1 (7,7%)	3 (30%)	13 (100%)	13 (100%)
SEGMENTAÇÃO II: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em vogal	12 (92,3%)	7 (70%)	0 (0%)	0 (0%)

OBS. – Para a palavra «fantoche», foram recolhidas apenas 10 segmentações, visto 3 das 13 crianças participantes terem declarado desconhecer a palavra; as percentagens são calculadas em relação ao número de segmentações recolhidas para a palavra respectiva junto da população.

Comparando as segmentações silábicas, de acordo com a categorização a que foram submetidas, respeitantes a cada uma das palavras do Grupo 3 com as relativas a cada uma das do Grupo 4, observamos que as diferenças constatadas são sempre significativas²⁵: «Peixe» vs. «Lápis»: $Q=12$, g.l.=1, $p<0,005$; «Peixe» vs. «Rapaz»: $Q=12$, g.l.=1, $p<0,005$; «Fantoche» vs. «Lápis»: $Q=7$, g.l.=1, $p<0,05$; «Fantoche» vs. «Rapaz»: $Q=7$, g.l.=1, $p<0,05$.

//

Passando agora às segmentações silábicas das palavras terminadas ortograficamente em «-le» e em «-l», observaremos as respostas das 13 crianças da população perante as palavras «pele» e «mole» (Grupo 3), por um lado, e «papel» e «azul» (Grupo 4), por outro.

No Quadro 2, indicamos os valores respeitantes às duas categorias de respostas consideradas.

Comparando qualquer uma das palavras do Grupo 3 com qualquer outra do Grupo 4, verifica-se que só na comparação entre as palavras «mole» e «papel» existe uma diferença estatisticamente significativa quanto ao tipo de segmentação silábica preferencialmente adoptado pelos sujeitos ($Q=4,5$, g.l.=1, $p<0,05$). Todas as outras comparações são, do ponto de vista estatístico, não-significativas.

²⁵ Todas as comparações estatísticas de resultados que efectuámos basearam-se no teste (não-paramétrico) do Q de Cochran para dados nominais.

Quadro 2 – Número e percentagens das segmentações silábicas que admitem as palavras como terminadas em consoante ou em vogal nas 13 crianças da amostra submetidas a este teste (palavras terminadas em /l/+«-e» ou /l/)

	«Pele»	«Mole»	«Papel»	«Azul»
SEGMENTAÇÃO I: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em consoante	6 (46,2%)	2 (15,4%)	8 (61,5%)	7 (53,8%)
SEGMENTAÇÃO II: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em vogal	7 (53,8%)	11 (84,6%)	5 (38,5%)	6 (46,2%)

OBS. – As percentagens são calculadas em relação ao número de segmentações recolhidas para a palavra respectiva junto da população.

/r/

Finalmente, deter-nos-emos sobre as segmentações silábicas das palavras terminadas ortograficamente em «-re» e em «-r», atendendo nas respostas dadas às palavras «*árvore*» e «*tigre*» (Grupo 3) e «*colher*» e «*professor*» (Grupo 4).

Os resultados das segmentações obtidas junto destas palavras constam do Quadro 3. As palavras «*árvore*», «*colher*» e «*professor*» recolheram somente

Quadro 3 – Número e percentagens das segmentações silábicas que admitem as palavras como terminadas em consoante ou em vogal nas 13 crianças da amostra submetidas a este teste (palavras terminadas em /r/+«-e» ou /r/)

	«Árvore»	«Tigre»	«Colher»	«Professor»
SEGMENTAÇÃO I: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em consoante	6 (8,3%)	0 (0%)	6 (50%)	9 (75%)
SEGMENTAÇÃO II: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em vogal	11 (91,7%)	13 (100%)	6 (50%)	3 (25%)

OBS. – Para cada uma das palavras «*árvore*», «*colher*» e «*professor*», foram recolhidas apenas 12 segmentações; as percentagens são calculadas em relação ao número de segmentações recolhidas para a palavra respectiva junto da população

12 segmentações cada, visto para cada uma delas uma das crianças participantes não ter querido apresentar qualquer segmentação: por esta razão, as percentagens indicadas no quadro são calculadas somente em função das segmentações efectivamente recolhidas para cada palavra.

Comparando qualquer uma das palavras do Grupo 3 com qualquer outra do Grupo 4, constata-se que as diferenças quanto às segmentações silábicas terminadas em consoante ou terminadas em [i] são sempre significativas: «Árvore» vs. «Colher»: $Q=4$, g.l.=1, $p<0,05$; «Árvore» vs. «Professor»: $Q=7$, g.l.=1, $p<0,05$; «Tigre» vs. «Colher»: $Q=6$, g.l.=1, $p<0,05$; «Tigre» vs. «Professor»: $Q=9$, g.l.=1, $p<0,005$.

3.5. Discussão dos resultados

A observação dos resultados obtidos nesta exploração experimental sugere-nos alguns comentários, conforme passamos a expor, para cuja formulação teremos sempre em mente que a investigação do problema aqui efectuada se realizou com um número de sujeitos muito diminuto e com um material verbal limitado, o que impede uma extrapolação absolutamente segura de quaisquer considerações finais para situações de âmbito mais geral. Com as observações que se seguem, pretendemos, acima de tudo, delinear algumas interrogações e pistas a desenvolver em estudos posteriores.

Em primeiro lugar, pensamos ter reunido alguma evidência empírica que confirma a existência de uma capacidade genérica de segmentação silábica em crianças portuguesas em idade pré-escolar: recorde-se que, no conjunto de 14 sujeitos com uma média de idades de 4;9 anos ($\delta=10$ meses) a quem foi solicitada a segmentação das palavras do Grupo 1, só uma das crianças se mostrou totalmente incapaz de realizar a tarefa solicitada.

Em relação aos objectivos mais específicos do presente trabalho e à sua questão central, começaremos por salientar que, em 100% das segmentações das palavras do Grupo 2 (palavras terminadas em consoante diferente de /s l r/ seguida de «-e»), as crianças da população apresentaram respostas que contemplam a existência, em tais palavras, de uma sílaba final constituída pela consoante, em ataque, e por [i] na posição de núcleo (vd. 3.4.2).

A primeira observação que este resultado parece autorizar-nos, desde já, é que, apesar de essa vogal final não ser realizada foneticamente num número muito significativo de situações de enunciação – vd. 1.2.3 e os próprios dados relativos à produção fonética destas palavras pelas crianças participantes, onde nos foi possível constatar que essa vogal foi dotada de uma articulação clara em somente 29,9% das produções recolhidas (vd. 3.4.2) –, as crianças mostram uma certa forma de consciência da sua existência na forma teórica

das palavras em causa²⁶. O facto de, nestas palavras, *todas* as segmentações silábicas admitirem uma vogal [i] final – lembrando que, nas palavras do Grupo 3, as mesmas segmentações, ainda que claramente maioritárias, não atingiram percentagens tão expressivas como os 100% aqui registados (vd. 3.4.3) – terá ficado a dever-se, segundo cremos, à interiorização, no conhecimento fonológico dos sujeitos do presente estudo, das restrições de ocorrência de consoantes diferentes de [ʃ l r] em final de palavra. Com efeito, qualquer segmentação explícita que colocasse em final de palavra consoantes diferentes dessas – como teria sucedido, caso os sujeitos tivessem optado por tais análises, com as palavras deste grupo – representaria sempre uma violação de tais restrições de ocorrência. Violações desse tipo não se verificam, naturalmente, em segmentações silábicas que, nas palavras do Grupo 3, coloquem as consoantes respectivas em posição de final absoluto de palavra, uma vez que estas são admitidas em tal posição lexical. Quanto a nós, a representação deste tipo de restrições no conhecimento fonológico dos nossos sujeitos constitui uma explicação aceitável para a total ausência das segmentações a que chamámos «Segmentação I» nas palavras do Grupo 2, por oposição à detecção de uma quantidade, ainda que minoritária, desse tipo de segmentações com as palavras do Grupo 3.

Estas observações parecem-nos adicionalmente confirmadas pelos resultados obtidos com as palavras dos Grupos 3 e 4 (vd. 3.4.3), em que a comparação de uns e outros nos permite considerações mais fundamentadas sobre a capacidade de distinguir as palavras terminadas em consoante das terminadas na sequência gráfica «consoante+«-e»». Deixando de lado, neste momento, os dados obtidos com as palavras em que a consoante final ou antes de «-e» é a lateral, recordaremos que, nas palavras terminadas em /ʃ/ ou /r/: (i) se a consoante ocorre, na forma ortográfica, antes de «-e», as segmentações apresentadas maioritariamente pelas crianças contemplam a existência de uma sílaba [.Ci] final, mas (ii) se tal consoante ocorre, na forma ortográfica, em posição final absoluta, as segmentações das crianças associam maioritariamente a consoante à coda de uma sílaba final, sem que haja lugar, em tais segmentações, para qualquer sílaba átona final aberta formada pela consoante em causa em ataque e por um [i] em núcleo (vd. Quadros 1 e 3) – sendo estatisticamente

²⁶ Analisando, num grupo de crianças portuguesas em idade pré-escolar, a produção de palavras foneticamente realizáveis, na maior parte das ocorrências, com sequências [ʃ]+consoante resultantes do apagamento fonético de [i] em posição não final, Freitas (1997:285 e ss.) observa uma idêntica recuperação da forma teórica de tais palavras, considerando os seus sujeitos capazes de «(...) reconstituir as propriedades fonológicas do sistema, a partir de um *input* foneticamente degradado» (Freitas, 1997:302).

significativas, em todos os casos, as diferenças entre os dois tipos de segmentação silábica no confronto das duas situações que acabamos de enumerar sob (i) e (ii) (vd. 3.4.3).

Em face destes resultados, parece-nos ser de aceitar que a irregularidade e a assistemática associadas à realização fonética de [i] do PE contemporâneo referidas em 1.2.3 e confirmadas pela breve observação da sua produção articulatória neste mesmo estudo (vd. 3.4.2) não constituem um obstáculo à distinção sistemática, a nível do conhecimento implícito dos falantes acerca das estruturas fonológicas da sua língua, entre terminações consonânticas e terminações que admitem na forma teórica das palavras uma vogal realizável como [i] a seguir à consoante, mesmo em sujeitos sem conhecimento da regularidade ortográfica que acompanha esta distinção.

Pondo aqui em realce, aliás, que quaisquer pistas acerca do lugar desta vogal na forma teórica destas palavras fornecidas pela sua forma ortográfica – pistas cuja funcionalidade admitiríamos, com base nas observações de Morais (1994) e Pinto (1998b) referidas em 2, em sujeitos escolarizados – não são de admitir no caso presente²⁷, visto os sujeitos do trabalho experimental serem crianças em idade pré-escolar sem nenhuma experiência de aprendizagem ortográfica, torna-se pertinente que nos interroguemos acerca de possíveis pistas que preservem no conhecimento fonológico dos falantes uma distinção que, como vimos, é praticamente neutralizada a nível da realização fonética. Quanto a nós, a explicação para esta preservação, nestes sujeitos, poderá residir em duas ordens de factores:

- Por um lado, em factores de ordem fonética, como os sugeridos pelo estudo de Andrade (1993) cujas conclusões referimos em 1.2.4: mesmo quando a vogal [i] é elidida da articulação, não correspondendo, por conseguinte, na forma fonética das palavras a um segmento discreto e localizável na cadeia sonora linear, a sua existência a nível da forma teórica – e, concomitantemente, a sua preservação a nível perceptivo – será

²⁷ Uma outra pista que, na nossa situação experimental, não podemos considerar como funcional na indiciação da presença da vogal em causa na forma subjacente das palavras em estudo é a eventual comparação dessas palavras com formas morfológicamente aparentadas em que tal vogal, em posição tónica, fosse foneticamente realizada como [e] ou [ɛ]. Tal comparação, nas palavras em que se torna possível, poderá, na verdade, servir como pista para a aceitação de um [i] nas formas subjacentes respectivas. Como, porém, afirmámos em diversas passagens do texto, em palavras como as que estudámos neste trabalho – assim como nas formas enclíticas do PE – ela não é possível; logo, não é dotada de nenhuma funcionalidade junto dos falantes da língua para que o seu conhecimento fonológico contemple a presença da vogal em causa e do seu valor distintivo nas palavras aqui consideradas.

conservada por índices acústicos associados a segmentos adjacentes, nomeadamente pela duração das consoantes contíguas à posição ocupável por [i];

- Por outro lado, será de admitir, nesta preservação, a importância de factores de natureza morfológica e fonológica. Um exemplo de tais factores e da sua funcionalidade na preservação da distinção em estudo seria, possivelmente e a título de exemplo, a assimilação de /ʃ/ em posição final absoluta. Este é um fenómeno regular em PE e consiste na realização de /ʃ/ como [z] sempre que esta consoante se encontre em posição final absoluta de palavra e antes de palavra iniciada por vogal (p. ex.: a realização do morfema de plural do substantivo numa sequência como «casas amarelas»=[ˈkazɐz ɐmɐˈrɛlɐʃ]; cf. Mateus, 1975:34). No caso das palavras terminadas em /ʃ/ e em /ʃ/ + «-e», esta assimilação verifica-se apenas nas primeiras (palavras que não contemplam, teoricamente, uma vogal final): nas palavras usadas nos nossos testes, esta assimilação dá-se com «lápis» e «rapaz», não se constatando em «peixe» e «fantoche» – cf. as realizações fonéticas de combinações como «lápis amarelo» e «rapaz engracado» (ambos com a assimilação /ʃ/ → [z]) vs. «peixe azul» e «fantoche antigo» (em que tal assimilação não se verifica, deixando pressupor a existência, a nível teórico, de uma vogal que «trava» o fenómeno combinatorio referido)²⁸.

Em nosso entender, é bastante plausível que dados como os enumerados nos dois parágrafos anteriores – com os quais os sujeitos deparam ao longo do seu processo de aquisição da língua – ofereçam aos falantes/ouvintes pistas para a preservação da distinção que aqui nos ocupa, suprimindo assim a lacuna que a sua neutralização a nível fonético poderia originar. Uma investigação que aprofunde o papel destas e de outras pistas na preservação da distinção aqui considerada – inclusivamente, das pistas fornecidas pelo conhecimento ortográfico que, pelas razões apontadas, aqui quisemos deliberadamente excluir – torna-se, a nosso ver, muito pertinente, sendo nosso objectivo explorá-las em trabalhos futuros.

Um caso especial, nos dados recolhidos, parece corresponder às palavras terminadas em «-l» e «-le». Ao contrário do que sucede com as restantes palavras, nestas não se verificou uma distinção sistemática, ao nível das segmentações silá-

²⁸ Segundo Mateus *et al.* (1989:364), esta ausência de assimilação nas formas terminadas graficamente em «-e» (ainda que nem sempre terminadas foneticamente em [i]) explica precisamente a aceitação de uma vogal final na forma teórica de tais palavras.

bicas, entre as palavras ortograficamente terminadas em consoante e as terminadas em consoante+«-e». Observando o Quadro 2, constatamos que as percentagens relativas a um tipo de segmentação e a outro se repartem de forma menos regular pelos dois sub-grupos de palavras, tendo sido encontrada uma única diferença estatisticamente significativa entre os dois tipos de resposta (quando comparamos as respostas às palavras «*mole*» e «*papel*», conforme foi referido).

A investigação desenvolvida no presente estudo não nos fornece, pelo menos aparentemente, explicações satisfatórias para esta situação: pelo contrário, admitindo-se, como admitimos anteriormente, que certos factores de ordem morfológica e fonológica podem contribuir para preservar uma distinção que foneticamente não é, por norma, preservada, seria de esperar que também nas palavras com uma lateral na última sílaba factores dessa natureza mostrassem alguma funcionalidade. Um desses factores poderia ser, por exemplo, a formação dos plurais dos nomes em causa: de acordo com a gramática normativa da língua, os nomes terminados em «-l» apresentam plurais sem a articulação fonética da lateral («*papéis*» e «*azuis*», no caso das palavras incluídas nos nossos testes de segmentação silábica – cf. Cunha e Cintra, 1986:186), ao passo que os nomes terminados em «-le» mantêm, no seu plural, a articulação de [l] («*peles*» e «*moles*»). Sendo esta formação dos plurais dos nomes terminados em «-l»/«-le» um dado com os quais os sujeitos, no decurso da sua aquisição linguística, tomam contacto, ela poderia fornecer aos falantes/ouvintes nativos evidência suficiente para a preservação da distinção em causa (tal como supostamente o faz, de acordo com o exposto anteriormente, a assimilação de /s/ no tocante à preservação da distinção entre palavras terminadas em /s/ e palavras terminadas em /s/+«-e»). Todavia, este possível efeito deste facto de natureza morfofonológica não se nos afigura como satisfatoriamente demonstrado, em face dos resultados obtidos pelo presente estudo com as palavras com uma lateral em sílaba final.

Perante estas constatações, torna-se portanto menos clara uma eventual explicação para este comportamento especial da lateral, o que, uma vez mais, requer o aprofundamento dos nossos resultados em estudos subsequentes. Para a compreensão deste aspecto em particular, tais estudos deverão, quanto a nós, tentar dar resposta às interrogações que se seguem:

- 1 – Existirão causas fonéticas específicas, associadas à produção articulatória e acústica de [l], que se sobreponham aos eventuais índices fonéticos que preservam a distinção em causa nas palavras terminadas nas outras consoantes?
- 2 – Poderemos considerar que, no caso das palavras terminadas ortograficamente em «-le», a elisão de [i] se encontra já completamente consu-

mada e integrada no plano fonológico da língua? Isto é: será possível que, nesses casos, a própria forma teórica das palavras já não contemple a existência de tal vogal final, fazendo com que não faça sequer sentido falarmos, em tais casos, de uma «elisão»?

Para encontrarmos algum esclarecimento a esta última questão – sublinhando que uma resposta afirmativa explicaria a ausência de uma distinção sistemática e clara encontrada nos resultados patentes no Quadro 2 deste estudo –, seria necessário, em nossa opinião, proceder a duas investigações de alguma forma independentes entre si:

- (a) Por um lado, seria importante verificar se a formação dos plurais anteriormente referida é efectivamente respeitada pela maioria dos falantes da língua ou se, pelo contrário, deve ser encarada somente como um preceito normativo a carecer de revisão em face do uso. Com efeito, já nos foi possível constatar empiricamente a formação de certos plurais que desrespeitam a «regra» de formação dos plurais de palavras terminadas em «-le», em formas como, p. ex., [pɛjʃ] para o plural de «pele». Este facto indicará, em princípio, que muitos falantes não admitem, na forma teórica do singular de palavras como a citada, a presença de uma sílaba final [.li], aplicando na formação do plural, conseqüentemente, os procedimentos correspondentes às palavras teoricamente terminadas em lateral;
- (b) Concomitantemente, sabendo-se que a lateral em final de palavra (mais concretamente, em final de sílaba) sofre em PE uma velarização que determina que a sua forma fonética seja [ɣ] (Morais Barbosa, 1965:181; Mateus e Andrade, 2000:12), tornar-se-ia esclarecedor submeter a realização fonética das palavras terminadas em «-le» a uma investigação laboratorial alargada que tivesse por objectivo verificar se os falantes do PE velarizam ou não a lateral dessas palavras. Caso uma investigação como essa demonstrasse uma velarização sistemática dessa consoante, ver-se-ia confirmado, em nossa opinião, que, no estágio actual da língua, a distinção entre palavras terminadas em lateral e palavras terminadas em lateral+«-e» não é pertinente. Nesse caso, poder-se-ia concluir que a distinção gráfica «-l»/«-le» pretende apenas conservar uma distinção *etimológica* já não atestada nas capacidades distintivas dos falantes nativos da língua – o que, uma vez mais, explicaria os resultados peculiares obtidos no presente estudo com as palavras com lateral em sílaba final (vd. Quadro 2).

Reservamos, nesta parte final da discussão dos nossos resultados, algum espaço para a questão da existência, no inventário fonológico do PE contemporâneo, de um segmento correspondente à vogal [i] que encontramos nas terminações das formas nominais sobre que nos debruçámos neste estudo. Como foi referido em 1.2.6, devido ao facto de esta vogal ser entendida sempre como átona (argumento que não é inteiramente validado pela observação de produções fonéticas concretas em que esta vogal, em certas circunstâncias, pode ocupar posição tónica – vd. nota 7), as descrições fonológicas da língua concebem-na sempre como a realização de superfície de uma vogal como /e/ ou /ɛ/. Como já anteriormente afirmámos (vd. 1.2.6), em palavras morfologicamente aparentadas com outras que demonstrem claramente que [i] resulta da elevação e centralização de /e/ ou /ɛ/ por questões acentuais (ex.^{os}: [di'dadɐ] e [si'gɐjɾɐ], derivadas morfologicamente de /'dedu/ e /'segu/) não se nos oferecem dúvidas relativamente a essa interpretação. Porém, em palavras como as que incluímos no material linguístico do nosso trabalho experimental – palavras terminadas em [i] não obrigatória foneticamente (correspondente, segundo Mattoso Câmara (1970:87, 89), a uma «vogal temática») –, consideramos essa interpretação desajustada de uma descrição satisfatória da língua, visto não existir nenhuma possibilidade de efectuar comparações com outras formas morfologicamente aparentadas que demonstrem, no lugar desse [i], um /e/ ou um /ɛ/ tónicos. Estas observações aplicar-se-iam ainda a outras palavras, de que são um exemplo muito particular as formas enclíticas do PE contemporâneo.

Assim sendo, conjugando as nossas observações preliminares contidas em 1.2.6 com os resultados observados no estudo experimental e a respectiva discussão aqui empreendida, inclinamo-nos para a aceitação, também encontrada nos estudos da área da fonética referidos em 1.2.6 (Delgado Martins, 1975; Andrade, 1993), da existência de uma vogal fonológica /i/ como tal representada na forma subjacente das palavras e, conseqüentemente, como tal merecendo ser incluída nos inventários segmentais do PE contemporâneo.

4. Conclusões

Os resultados obtidos no estudo experimental, bem como a discussão delineada no ponto 3 antecedente, permitem-nos extrair algumas observações finais que, como já fizemos ver no momento da discussão dos resultados, apresentam algumas limitações motivadas pelo carácter reduzido da população e do material linguístico do estudo efectuado.

Em primeiro lugar, salientaremos, uma vez mais, que o estudo efectuado reúne argumentos que nos permitem aceitar, em sujeitos em idade pré-escolar

adquirentes do PE como língua materna, uma capacidade de segmentação silábica visivelmente estabelecida.

Por outro lado, pensamos ter contribuído para a demonstração de que a oposição entre palavras terminadas em consoante e aquelas que a ortografia vigente estabelece que se escrevam com consoante+«-e», ainda que foneticamente pouco preservada, é uma oposição funcional e pertinente na língua, sendo contemplada pelas intuições dos seus falantes mesmo antes da aprendizagem da escrita no que diz respeito às palavras em que a consoante em causa é /s/ ou /t/.

A preservação desta distinção nos sujeitos falantes da língua derivará, presumivelmente, quer de factores de ordem fonética (nomeadamente, de acordo com estudos como o de Andrade (1993), a duração das consoantes adjacentes a [i] elidido), quer de factores de ordem morfológica e fonológica (como certos fenómenos combinatórios), conforme adiantámos na discussão dos resultados e que nos parecem merecedores de um aprofundamento ulterior.

Assim sendo, julgamos legitimadas e justificadas as opções da ortografia convencional vigente para estas palavras, que conservam uma oposição que nos parece presente nas capacidades distintas dos próprios falantes/ouvintes da língua. No caso das palavras com uma lateral na sílaba final, o presente estudo deixa em aberto uma série de questões (vd. 3.5) que gostaríamos de ver mais esclarecidas futuramente, mas admitimos desde já a hipótese de que nessas palavras, independentemente de a grafia oficial contemplar ou não um «-e» final a seguir à lateral, muito provavelmente a forma teórica prevalecente no conhecimento linguístico dos sujeitos não contempla um [i] final.

Finalmente, uma última conclusão que pensamos poder retirar do estudo que agora damos por concluído é a que nos faz aceitar a integração de um segmento fonológico /i/ no inventário segmental do PE contemporâneo; a sua presença, com valor distintivo, na última posição segmental das formas teóricas correspondentes, precisamente, às terminações das palavras exploradas neste trabalho (com excepção, provavelmente, das que contêm uma consoante lateral na sílaba final), assim como, por exemplo, nas formas enclíticas da língua, parece-nos minimamente confirmada pelos resultados obtidos neste mesmo estudo.

Referências

- ANDRADE, A. (1993) – «Estudo Acústico de Sequências de Oclusivas em Português Europeu», in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 1993)*, Lisboa, APL/Colibri, 1994, pp. 1-15.

- ANDRADE, A.; VIANA, M. C., (1996) – «Fonética», in FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. A. M., orgs., 1996 – *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 115-167.
- BARROSO, H. (1999) – *Forma e Substância da Expressão da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. (1968) – *The Sound Pattern of English*, New York, Harper & Row.
- CINTRA, L. F. L.; RIBEIRO, J. A. P., orgs. (1973) – *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- COMPANYS, M., 1954 – «Notes sur les finales atones portugaises après consonne sourde», in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), II, pp. 105-127.
- CRUZ-FERREIRA, M. (1999) – «Portuguese (European)», in INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999) – *Handbook of the International Phonetic Association. A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 126-130.
- CRYSTAL, D. (1992) – *An Encyclopedic Dictionary of Language and Languages*, London, Penguin, 1994.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. (1986) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa, 3.^a ed.
- DELGADO MARTINS, M. R. (1975) – «Vogais e Consoantes do Português: Estatística de Ocorrência, Duração e Intensidade», in *Boletim de Filologia*, XXIV (1-4), pp. 1-11.
- DELGADO MARTINS, M. R. (1986) – *Sept Etudes sur la Perception*, Lisboa, INIC.
- DELGADO-MARTINS, M. R. (1996) – «Relação fonética/fonologia: A propósito do sistema vocálico do português», in *Congresso Internacional sobre o Português. Actas. Volume I* (org. I. Duarte e I. Leiria), Lisboa, Edições Colibri/APL, pp. 311-325.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J.-L.; MÉVEL, J.-P., (1991) – *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Larousse.
- DURAND, J. (1990) – *Generative and Non-Linear Phonology*, London/New York, Longman.
- FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. A. M., orgs. (1996) – *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- FREITAS, M. J. (1997) – *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada.
- GONÇALVES VIANA, A. R. (1883) – *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise, d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, Paris, Imprimerie Daupéley. Facsimilado em CINTRA, L. F. L.; RIBEIRO, J. A. P., orgs. (1973) – *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 83-152.
- GONÇALVES VIANA, A. R. (1892) – *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional. Facsimilado em CINTRA, L. F. L.; RIBEIRO, J. A. P., orgs. (1973) – *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 153-257.
- HARNAD, S., ed. (1987) – *Categorical perception. The groundwork of cognition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HERCULANO DE CARVALHO, J. G. (s/d) – *Fonética Portuguesa*, Coimbra, Cursos de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- IEFP, 1994 – *Classificação Nacional das Profissões – Versão 1994*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999) – *Handbook of the International Phonetic*

- Association. A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KEIL, F. C.; KELLY, M. H. (1987) – «Developmental changes in category structure», in HARNAD, S. (ed., 1987) – *Categorical perception. The groundwork of cognition*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 491-510.
- KENSTOWICZ, M. (1994) – *Phonology in Generative Grammar*, Cambridge (Mass.)/Oxford, Blackwell.
- LACERDA, A. de; HAMMARSTRÖMM, G. (1952) – «Transcrição fonética do Português normal», in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), I, pp. 119-135.
- LIBERMAN, A. M.; COOPER, F. S.; SHANKWEILER, D. P.; STUDDERT-KENNEDY, M. (1967) – «Perception of the Speech Code», in *Psychological Review*, 74(6), pp. 431-461.
- LIBERMAN, I. Y.; SHANKWEILER, D.; FISCHER, F. W.; CARTER, B. (1974) – «Reading and the awareness of linguistic segments», in *Journal of Experimental Child Psychology*, 18, pp. 201-212.
- LOURO, J. I. (1954) – «Estudo e Classificação das Vogais», in *Boletim de Filologia*, XV(3-4), pp. 215-248.
- LÜDTKE, H. (1953) – «Fonemática Portuguesa. II – Vocalismo», in *Boletim de Filologia*, XIV (3-4), pp. 197-217.
- MATEUS, M. H. M. (1975) – *Aspectos da Fonologia Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. (1989) – *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 3.ª ed.
- MATEUS, M. H. M.; DELGADO MARTINS, M. R. (1982) – «Contribuição para o estudo das vogais átonas [ə] e [u] no português europeu», in *Biblos*, LVIII, pp. 111-125.
- MATEUS, M. H.; d'ANDRADE, E. (2000) – *The Phonology of Portuguese*, Oxford, Oxford University Press.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1953) – *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Padrão, 2.ª ed.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1970) – *Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes, 19.ª ed.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1971) – *Problemas de Lingüística Descritiva*, Petrópolis, Vozes, 13.ª ed.
- MORAIS BARBOSA, J. (1965) – *Etudes de Phonologie Portugaise*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 2.ème éd., Évora, Universidade de Évora, 1983.
- MORAIS BARBOSA, J. (1994) – *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, Coimbra, Almedina.
- MORAIS, J. (1994) – *L'Art de Lire*, Paris, Odile Jacob. Trad. port.: *A Arte de Ler*, Lisboa, Cosmos, 1997.
- PINTO, M. G. L. C. (1988) – *Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico Genético do Token Test e de Materiais de Metodologia Complementar*. Porto, CLUP/INIC.
- PINTO, M. G. L. C. (1998a) – *Saber Viver a Linguagem. Um Desafio aos Problemas de Literacia*, Porto, Porto Editora.
- PINTO, M. G. L. C. (1998b) – «A ortografia e a escrita em crianças portuguesas nos primeiros anos de escolaridade. Até que ponto dependem estas habilidades de um bom domínio do oral e de métodos adequados de leitura?», in PINTO, M. G. L. C. (1998a) – *Saber Viver a Linguagem. Um Desafio aos Problemas de Literacia*, Porto, Porto Editora, pp. 139-193.
- ROCA, I. (1994) – *Generative Phonology*, London/New York, Routledge.

- ROCA, I.; JOHNSON, W. (1999) – *A Course in Phonology*, Oxford, Blackwell.
- SÁ NOGUEIRA, R. (1941) – *Tentativa de Explicação dos Fenómenos Fonéticos em Português*, Lisboa, Livraria Clássica.
- SCHANE, S. A. (1973) – *Generative Phonology*, Englewood Cliffs (New Jersey), Prentice-Hall.
- STACKHOUSE, J.; WELLS, B., 1997 – *Children's Speech and Literacy Difficulties. A psycholinguistic framework*, London, Whurr.
- STREVENS, P. D. (1954) – «Some Observations on the Phonetics and Pronunciation of Modern Portuguese», in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), II, pp. 5-29.
- VELOSO, J. (1999) – *Na Ponta da Língua. Exercícios de Fonética do Português*, Porto, Granito.
- VIGÁRIO, M.; FALÉ, I. (1993) – «A Sílabas no Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica», in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 1993)*, Lisboa, APL/Colibri, 1994, pp. 465-478.
- XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H., orgs. (1990) – *Dicionário de Termos Linguísticos*. Volume I, Lisboa, APL/ILTEC/Cosmos.